



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	2
2 DA TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA.....	4
2.1 Prestação de contas irregular de diárias recebidas.....	5
2.1.1 Objetos	5
2.1.2 Critérios	6
2.1.3 Evidências	6
2.1.4 Responsável.....	6
2.2 Não prestação de contas das diárias recebidas.	6
2.2.1 Objetos	7
2.2.2 Critérios	7
2.2.3 Evidências	7
2.2.4 Responsável.....	8
3 CONCLUSÃO	8
4 ANEXO I	10



PROCESSO Nº	:	13.141-5/2016
INTERESSADO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO
CNPJ Nº	:	04.199.966/0001-50
ASSUNTO	:	TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
GESTOR	:	EDUARDO PENNO
RELATOR	:	CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA

Senhor Secretário:

Trata o presente de Tomada de Contas Ordinária instaurada em desfavor da Prefeitura Municipal de NOVO SANTO ANTÔNIO, sob a responsabilidade a época do Prefeito Municipal, senhor Eduardo Penno, em cumprimento à determinação contida na Decisão Singular nº 1166/LCP/2018.

1 INTRODUÇÃO

A Tomada de Contas Ordinária foi instaurada em cumprimento à determinação contida na Decisão Singular nº 1166/LCP/2018, com o objetivo de se averiguar responsabilização por ocorrência de possível dano ao erário, no valor R\$ 65.266,35, em decorrência da irregularidade JB 16 do Relatório Técnico Preliminar, sob responsabilidade do Prefeito à época o senhor Eduardo Penno.

Para tanto teve por base a irregularidade detectada no processo de Representação de Natureza Interna proposta pela Secretaria de Controle Externo da então 3ª Relatoria em desfavor do Senhor Eduardo Penno, ex-Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, em face de possíveis irregularidades nas prestações de contas de diárias concedidas ao mesmo.



Inicialmente a irregularidade apontada na representação referia-se a concessão de diárias sem a comprovação da finalidade pública atendida no valor de R\$ 129.242,94, sendo o valor de R\$ 118.866,56 para o senhor Eduardo Penno – Prefeito Municipal à época e no valor de R\$ 10.376,38 para a senhora Joana Darck Rodrigues Reis – Secretária de Assistência Social à época.

Em sede de defesa conjunta a senhora Joana Darck Rodrigues Reis – Secretária de Assistência Social e o senhor Eduardo Penno – Prefeito Municipal justificaram que as diárias foram utilizadas no interesse público, alegando que está tudo comprovado com documentos, e que a devolução do recurso seria o enriquecimento ilícito da Administração Pública.

Na análise da defesa a SECEX considerou as diárias concedidas a senhora Joana Darck Rodrigues Reis – Secretária de Assistência Social devidamente justificadas e comprovada a finalidade pública no valor total de R\$ 10.376,38, e para o senhor Eduardo Penno – ex-Prefeito foi considerada comprovada a finalidade pública na concessão de parte das diárias no valor de R\$ 53.600,21, sendo mantida a irregularidade referente à ausência de comprovação da finalidade pública na concessão de parte das diárias no valor de R\$ 65.266,35, o qual deverá ser restituído com recursos próprios.

Como a equipe técnica constatou a ocorrência de possível dano ao erário no valor de R\$ 65.266,35, em decorrência de irregularidade **JB 16** no relatório preliminar no processo de Representação de Natureza Interna, sob responsabilidade do senhor Eduardo Penno – ex-Prefeito do Município de Novo Santo Antônio, o Conselheiro Relator em Decisão Singular determinou a conversão da RNI em Tomada de Contas Ordinária, tendo em vista a constatação de possível dano ao erário, decorrente de concessão de diárias nesse valor.



2 DA TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA

A Tomada de Contas Ordinária foi instaurada em cumprimento a determinação contida na Decisão Singular nº 1166/LCP/2018, com fito de se averiguar responsabilização por ocorrência de possível dano ao erário, com relação a irregularidade na concessão de diária ao senhor Eduardo Penno – ex-Prefeito no valor de R\$ 65.266,35, sem comprovação da finalidade pública atendida, e, em razão da ausência de prestação de contas e de prestação de contas que não trazem a documentação exigida pelo Acórdão nº 1.783/2003, e pela Súmula nº 10/2015 deste Tribunal de Contas.

Após análise dos documentos encaminhados na defesa apresentada (doc. Digital nº 200178/2017), se constatou que, do valor do R\$ 65.266,35, estão com a ausência da prestação de contas e com prestação de contas que não trazem a documentação exigida por meio do Acórdão nº 1.783/2003, e pela Súmula nº 10/2015 deste Tribunal de Contas.

Ressalta-se que a Lei Municipal nº 215/2010 de 29/01/2010 trata da concessão de diárias no Município de Novo Santo Antônio, no entanto não regulamenta os procedimentos a serem adotados e nem os documentos a serem enviados na prestação de contas das diárias concedidas (doc. Digital nº 179988/2018).

O fato de a lei municipal não tratar da prestação de contas das diárias não afasta a sua obrigatoriedade, pois, tal exigência decorre do próprio texto constitucional, que se extrai da leitura do art. 37 c/c art. 70, § único da Constituição Federal/88, e da Súmula TCE-MT nº 10/2015.

Com relação as prestações de contas das diárias concedidas, tem-se duas situações: uma é que houve a prestação de contas irregular das diárias e outra é o fato de não ter sido prestado contas das diárias recebidas.

Do valor apurado tem-se que houve a prestação de contas irregular das diárias concedidas no valor de R\$ 48.921,99, cujas documentações não comprovaram a utilização e nem a finalidade proposta, e, não são suficientes para justificar o seu pagamento, pois, não atende a exigência contida no Acórdão



nº 1.783/2003, e na Súmula nº 10/2015 deste Tribunal de Contas, ficando o senhor Eduardo Penno, ex-Prefeito Municipal passível do ressarcimento do valor citado com recursos próprios conforme anexo I, quadro 02.

2.1 Prestação de contas irregular de diárias recebidas.

No exercício de 2015 foram concedidas diárias ao Prefeito Municipal no valor de R\$ 48.921,99, onde as prestações de contas foram apresentadas de forma irregular, cuja documentação não atende a exigência contida no Acórdão nº 1.783/2003 e na Súmula TCE-MT6 nº 10/2015.

Sendo assim, a irregularidade ficará classificada de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010, conforme a seguir:

JB 16. Despesa_Grave_16. Prestação de contas irregular de diárias (art. 37, caput da Constituição Federal e legislação específica do ente).

Prestação de contas irregular de diárias no valor de R\$ 48.921,99, cuja documentação não comprovou a utilização e nem a finalidade proposta, e, não são suficientes para justificar o seu pagamento, pois, não atende a exigência contida no Acórdão nº 1.783/2003 e na Súmula TCE-MT nº 10/2015, ficando o senhor Eduardo Penno, ex-Prefeito Municipal passível do ressarcimento do valor citado com recursos próprios.

2.1.1 Objetos

- Processos de despesas com Diárias do exercício de 2015 – (doc. digital nº 200206/2017)



2.1.2 Critérios

- Constituição Federal/88 – art. 37 e art. 70
- Súmula TCE-MT nº 010/2015

2.1.3 Evidências

- Prestação de contas apresentadas nos processos de diárias; (doc. digital nº 200206/2017)
- Quadros demonstrativos da não prestação de contas e das prestações de contas irregular de diárias. (Anexo I, quadros 02)

2.1.4 Responsável

Senhor **EDUARDO PENNO** – ex-Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio no período de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Conduta: Prestar contas das diárias recebidas de forma irregular, quando deveria zelar pela boa aplicação do recurso e de sua comprovação.

Nexo de causalidade: A prestação de contas das diárias recebidas de forma irregular a teor da legislação aplicável, resultou no descumprimento de preceito constitucional e legal.

Culpabilidade: É razoável ao gestor que prestasse contas das diárias recebidas, pois lhe cumpre zelar pela boa aplicação da coisa pública.

2.2 Não prestação de contas das diárias recebidas.

Houve também a não prestação de contas de diárias no valor de R\$ 16.344,36, onde não foram apresentados os documentos que comprovam a utilização e a finalidade proposta, contrariando assim o disposto no art. 70, § único da Constituição Federal/88, ficando o senhor Eduardo Penno, ex-Prefeito



Municipal passível do ressarcimento do valor citado com recursos próprios conforme anexo I, quadro 01.

Sendo assim, a irregularidade ficará classificada de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010, conforme a seguir:

JB 99. Despesa_Grave_99. Irregularidade referente à Despesa, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

Não prestação de contas de diárias no valor de R\$ 16.344,36, onde não foram apresentados os documentos que comprovam a utilização e a finalidade proposta, contrariando assim o disposto no art. 70, § único da Constituição Federal/88, ficando o senhor Eduardo Penno, ex-Prefeito Municipal passível do ressarcimento do valor citado com recursos próprios.

2.2.1 Objetos

- Relatório Técnico RNI – (doc. digital nº 116309/2016)

2.2.2 Critérios

- Constituição Federal/88 – art. 37 e art. 70

2.2.3 Evidências

- Falta de prestação de contas nos processos de diárias, apurados em relatório de RNI (doc. digital nº 116309/2016).
- Quadros demonstrativos da não prestação de contas e das prestações de contas irregular de diárias. (Anexo I, quadros 01)



2.2.4 Responsável

Senhor **EDUARDO PENNO** – ex-Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio no período de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Conduta: Deixar de prestar contas das diárias recebidas, quando deveria zelar pela boa aplicação do recurso e de sua comprovação.

Nexo de causalidade: A falta de prestação de contas das diárias recebidas de forma irregular a teor da legislação aplicável, resultou no descumprimento de preceito constitucional e legal.

Culpabilidade: É razoável ao gestor que prestasse contas das diárias recebidas, pois lhe cumpre zelar pela boa aplicação da coisa pública.

3 CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Tomada de Contas Ordinária instaurada no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso atingiu o objetivo que é quantificar os valores e as responsabilidades em decorrência das irregularidades reconhecidas previamente pelo TCE-MT, pois, foi quantificado o prejuízo aos cofres do município, assim como a identificação do responsável pela recomposição dos valores, conforme a seguir:

Senhor **EDUARDO PENNO** – ex-Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio no período de 01/2015 a 31/12/2015.

JB 16. Despesa_Grave_16. Prestação de contas irregular de diárias (art. 37, *caput* da Constituição Federal e legislação específica do ente).

Prestação de contas irregular de diárias no valor de R\$ 48.921,99, cuja documentação não comprovou a utilização e nem a finalidade proposta, e, não são suficientes para justificar o seu pagamento, pois,



não atende a exigência contida no Acórdão nº 1.783/2003 e na Súmula TCE-MT nº 10/2015, ficando o senhor Eduardo Penno, ex-Prefeito Municipal passível do ressarcimento do valor citado com recursos próprios.

JB 99. Despesa_Grave_99. Irregularidade referente à Despesa, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

Não prestação de contas de diárias no valor de R\$ 16.344,36, onde não foram apresentados os documentos que comprovam a utilização e a finalidade proposta, contrariando assim o disposto no art. 70, § único da Constituição Federal/88, ficando o senhor Eduardo Penno, ex-Prefeito Municipal passível do ressarcimento do valor citado com recursos próprios.

Sendo assim, sugere-se que seja **CITADO** o senhor **EDUARDO PENNO** – Ex-Prefeito Municipal nos termos do art. 256, 1º, da Resolução Normativa nº 014/2007 – RITCE, para que apresente suas justificativas, em obediência ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa.

É a informação.

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO,
em Cuiabá, 07 de março de 2019.

JOACIR GERALDE DO NASCIMENTO
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO



4 ANEXO I

Quadro 01. Não Prestação de contas de diárias concedidas

NE Nº	MOTIVO DA VIAGEM	FINALIDADE NÃO ATENDIDA	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
0285/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 07 DIÁRIAS PARA VIAGEM A BRASÍLIA-DF TRATAR DE ASSUNTO DE INTERESSE DO MUNICIPIO.	Não apresentou os documentos referentes a prestação de contas.	7	968,64	6.780,48
2764/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AQUISIÇÃO DE 04 DIARIAS PARA O SR PREFEITO MUNICIPAL A BRASILIA DF.	Não apresentou os documentos referentes a prestação de contas das diárias concedidas.	4	1.028,88	4.115,52
2696/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 DIARIAS PARA O SR PREFEITO MUNICIPAL IR A CONFRESA MT RECEBER UMA MAQUI	Não apresentou os documentos referentes a prestação de contas das diárias concedidas.	1	838,21	838,21



NE Nº	MOTIVO DA VIAGEM	FINALIDADE NÃO ATENDIDA	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
3248/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 03 DIARIAS PARA O PREFEITO IR BARRA DO GARÇAS MT TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.	Não apresentou o relatório de viagem e nem documentos referentes as diárias.	3	838,21	2.514,63
3929/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 02 1/2 DUAS DIARIAS E MEIA PARA O SENHOR PREFEITO MUNICIPAL IR A CUIABA MT, NA CEF.	Não apresentou o relatório de viagem e nem documentos referentes as diárias.	2,5	838,21	2.095,52
TOTAL					16.344,36



Quadro 02. Prestação de contas de diárias irregular

NE Nº	MOTIVO DA VIAGEM	FINALIDADE NÃO ATENDIDA	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
1062/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 06 DIÁRIAS PARA VIAGEM A BRASÍLIA-DF PARTICIPAR DE UMA AUDIENCIA COM O MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES.	O informativo ilegível sobre o III Encontro dos Municípios sobre o Desenvolvimento Sustentável em Brasília, notas fiscais de Aragarças/Goiás, não comprova a utilização das diárias para a finalidade proposta, inclusive não compatibiliza com a descrita na solicitação e ofício (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 236 a 248)	6	1.028,88	6.173,28
1695/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 DIARIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL IR BOM JESUS DO ARAGUAIA MT DAR ENTRADA PARA DOCUMENTAR O VEÍCULO ADQUIRIDO.	Não prestação de contas, uma vez que o relatório de viagem não foi apresentado para ratificar a realização do que foi proposto na solicitação da diária. Consta somente um documento nominado de Controle Interno da Churrascaria e Pizzaria do Sassá, que não é suficiente para justificar o pagamento da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 236 a 248)	1	838,21	838,21



NE Nº	MOTIVO DA VIAGEM	FINALIDADE NÃO ATENDIDA	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
1930/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AQUISIÇÃO DE 03 DIARIAS PARA O PREFEITO IR A CONFRESA MT PARTICIPAR DO CICLO DE GESTAO.	Não apresentou relatório de viagem e documento que especifique a realização do evento para a qual a diária foi concedida. Os comprovantes de alimentação não constam ao nome do beneficiário da diária não sendo suficiente para justificar o pagamento. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 267 a 274)	3	838,21	2.514,63
1963/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AQUISIÇÃO DE 06 DIARIAS PARA O SR PREFEITO MUNICIPAL IR A CUIABA MT PARTICIPAR DE REUNIÃO.	Não prestação de contas, uma vez que o relatório de viagem não foi apresentado para ratificar a realização do que foi apresentado para ratificar a realização do que foi proposto na solicitação da diária. Nos documentos de hospedagem e de alimentação não constam o nome do beneficiário, não sendo suficiente para justificar o pagamento da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 200 a 208)	6	838,21	5.029,26



NE Nº	MOTIVO DA VIAGEM	FINALIDADE NÃO ATENDIDA	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
2863/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 06 DIARIAS PARA O SR PREFEITO MUNICIPAL IR A CUIABA MT PARTICIPAR DE UM AUDIENCIA PÚBLICA.	Relatório de viagem não foi apresentado para ratificar a realização do que foi proposto na solicitação. Consta apenas cupom fiscal e documento da pousado Koloso sem nome do beneficiário da diária, não sendo suficiente para justificar o pagamento. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 22 a 30)	6	838,21	5.029,26
2943/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 04 DIARIAS PARA O SR PREFEITO MUNICIPAL IR A CUIABA MT PARTICIPAR DO 32º ENCONTRO DOS PREFEITOS.	Não apresentação do relatório de viagem para ratificar a realização do que foi proposto na solicitação. Consta somente um recibo do Hotel, que não é suficiente para comprovar a utilização da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 77 a 85)	4	838,21	3.352,84
3099/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 03 DIÁRIA PARA O PREFEITO MUNICIPAL IR A SÃO JOSE DO XINGU-MT ACOMPANHANDO OS IDOSOS	Não apresentação do relatório de viagem e documentos referentes ao encontro para a comprovação da utilização da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 69 a 76)	3	838,21	2.514,63



NE Nº	MOTIVO DA VIAGEM	FINALIDADE NÃO ATENDIDA	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
3133/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 01 DIARIAS PARA O SR PREFEITO MUNICIPAL IR A SAO FELIX DO ARAGUAIA MT.	Não apresentação do relatório de viagem e documentos referentes a participação no evento, somente apresentou o convite para a jornada, que não é suficiente para comprovar a utilização da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 275 a 282)	1	838,21	838,21
3149/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 05 DIARIAS PARA CUIABÁ-MT TRATAR DE ASSUNTO REFENTENTE A CONVENIOS E LIBERAÇÃO DO RECURSOS.	Não apresentação do relatório de viagem e documentos referentes a participação no evento, somente apresentou o convite para a jornada, que não é suficiente para comprovar a utilização da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 174 a 181)	5	838,21	4.191,05
3493/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 5 DIARIAS PARA O PREFEITO IR À CIDADE DE CUIABÁ PARTICIPAR DE REUNIÕES NA AMA E SECID.	Não apresentou o relatório de viagem para ratificar a finalidade pública pela qual as diárias foram concedidas, e o recibo do hotel Bandeirantes não é suficiente para comprovar a utilização da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 219 a 226)	5	838,21	4.191,05



NE Nº	MOTIVO DA VIAGEM	FINALIDADE NÃO ATENDIDA	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
3666/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 03 DIARIAS PARA O Sr PREFEITO MUNICIPAL IR À CIDADE DE CUIABÁ PARTICIPAR DE AUDIENCIA.	Não apresentou o relatório de viagem para ratificar a finalidade pública pela qual as diárias foram concedidas, e o recibo do hotel Bandeirantes não é suficiente para comprovar a utilização da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 192 a 199)	3	838,21	2.514,63
3944/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 06 DIARIAS PARA O SENHOR PREFEITO IR A CUIABA/MT PARTICIPAR DE REUNIAO.	Não apresentou o relatório de viagem para ratificar a finalidade pública pela qual as diárias foram concedidas, e os comprovantes de refeições sem o nome do beneficiário da diária e um recibo do Hotel Bandeirantes não é suficiente para comprovar a utilização da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 106 a 114)	6	838,21	5.029,26



NE Nº	MOTIVO DA VIAGEM	FINALIDADE NÃO ATENDIDA	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
4078/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 05 DIARIAS PARA O Srº PREFEITO IR EM ÁGUA BOA E CUIABA MT.	Não apresentou o relatório de viagem para ratificar a finalidade pública pela qual as diárias foram concedidas, e, somente o convite para a reunião com o CISMA em Água Boa não é suficiente para comprovar a utilização da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 150 a 160)	5	838,21	4.191,05
004194/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 01 DIARIA PARA O Sr PREFEITO IR A SAO FELIX DO ARAGUAIA MT E ALTO BOA VISTA MT.	Não apresentou o relatório de viagem para ratificar a finalidade pública pela qual as diárias foram concedidas, e, somente o documento com hospedagem não é suficiente para comprovar a utilização da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 63 a 68)	1	838,21	838,21
004227/2015	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE À AQUISIÇÃO DE 02 DIÁRIAS PARA O SR PREFEITO IR A BARRA DO GARÇAS - MT, IR A RECEITA FEDERAL.	Não apresentou o relatório de viagem para ratificar a finalidade pública pela qual as diárias foram concedidas, e, somente o documento com hospedagem não é suficiente para comprovar a utilização da diária. (doc. digital nº 200206/2017 - fls. 133 a 138)	2	838,21	1.676,42
TOTAL					48.921,99